



PUBLICAÇÃO OFICIAL DE REGISTO EFETUADO PELA  
DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

**DECLARAÇÃO**

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, a Direção-Geral da Segurança Social procede à promoção da publicação do registo definitivo de alteração dos estatutos, conforme documento composto por 17 folhas, por mim rubricadas, referente à entidade com a denominação **CENTRO PAROQUIAL DE SÃO BERNARDO**, com sede no Largo da Igreja, Freguesia de São Bernardo - Aveiro, e com o **NIPC 500 907 560**, e em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 1, à Inscrição n.º 74/83, a fls. 13 e 13 Verso do Livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social e considera-se efetuado em 07/03/2016.

Direção-Geral da Segurança Social, em

10 NOV 2016

Pelo Diretor-Geral



Rui Santos  
(Chefe de Divisão)

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Rato, 1 1209-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 [dgsa@seg-social.pt](mailto:dgsa@seg-social.pt)  
<http://www4.seg-social.pt/dgsa-direccao-geral-da-seguranca-social>

## DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração de estatutos foi aprovada em 27/10/2015 pela autoridade eclesiástica competente e o registo foi lavrado pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 74/83, a fls. 13 e 13 Verso do Livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 07/03/2016, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

### **Denominação – CENTRO PAROQUIAL DE SÃO BERNARDO**

**NIF – 500 907 560**

**Sede – Largo da Igreja – Freguesia de São Bernardo - Aveiro**

**Fins –** Concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios: Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Educação Pré-Escolar e outros serviços de apoio à criança, incluindo crianças em risco; Apoio à

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Rato,1 1269-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 dgss@seg-social.pt

<http://www4.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>





Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras, incluindo apoio a crianças em risco; Apoio à família; Apoio às pessoas idosas, através da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou outras; Apoio à integração social e comunitária; Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos. Secundariamente: Poderá exercer, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.

**Direção-Geral da Segurança Social, em**

16 NOV 2016

**Pelo Diretor-Geral**

Rui Santos  
(Chefe de Divisão)

ASM

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Reto.1 1269-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 dgss@seg-social.pt

<http://www4.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>

Mod. DGSS/04





Exm.º Senhor  
 Presidente da Direcção  
 Centro Paroquial de São Bernardo  
 Largo da Igreja  
 São Bernardo

**3810 – 089 Aveiro**

V/Ref.

V/Com

N/Ref. **DAJI – Proc. N.º 1165/2015**

**ASSUNTO: IPSS/REGISTO DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS**

Considerando o disposto no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Segurança Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, informo V. Ex.ª que foi efetuado o registo definitivo de alteração dos estatutos dessa instituição, conforme declaração anexa extraída do processo. O exemplar de estatutos decorrente deste registo foi enviado nesta data para publicação no Portal da Justiça (<http://publicacoes.mj.pt/>).

Chama-se a atenção de V.Ex.ª, de que no prazo de validade indicado no certificado de admissibilidade (09/01/2017), deverá dirigir-se ao Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a fim de proceder ao registo definitivo nos respetivos Ficheiros Centrais.

Informo ainda V. Ex.ª que, logo que publicada no Portal da Justiça, o respetivo registo será divulgado na página Internet da Segurança Social (<http://www4.seg-social.pt/>), Apoios Sociais e Programas, Registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Licenças e Atos.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Divisão

**(Rui Santos)**

Anexo: 1 Declaração  
 ASM

**DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL**

Largo do Rato, 1 1269-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32150 Fax 215 952 992 [dgss@seg-social.pt](mailto:dgss@seg-social.pt)  
<http://www4.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>





Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature that appears to be 'F. J.' and some illegible scribbles.

## ESTATUTOS

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E NORMAS

##### Artigo 1.º

##### (Denominação e natureza)

1 – O Centro Paroquial de São Bernardo, adiante referido abreviadamente por CPSB, é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole de instituto da Igreja Católica, para desempenhar o múnus indicado nos presentes Estatutos, em ordem ao bem público eclesial, ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Aveiro e sob sua vigilância e tutela, com Estatutos aprovados por esta autoridade eclesiástica.

2 – Segundo o Direito Concordatário resultante, quer da Concordata de 7.5.1940, quer da Concordata de 18.5.2004, o CPSB é uma pessoa jurídica canónica constituída por decreto da autoridade eclesiástica, a que o Estado Português reconhece personalidade jurídica civil, que se rege pelo Direito Canónico e pelo Direito Português, aplicados pelas respetivas autoridades, e tem a mesma capacidade civil que o Direito Português atribui às pessoas coletivas de direito privado, sem fim lucrativo, gozando dos mesmos direitos e benefícios atribuídos às Instituições Particulares de Solidariedade Social, nos termos dos artigos 10.º, 11.º e 12.º da Concordata de 2004.

3 – Segundo o Direito Português, o CPSB é uma pessoa jurídica canónica reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de tipo fundacional, qualificada como Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, na Direção-Geral da Segurança Social, desde 11 de Novembro de 1983, sob o n.º 74/83, que adota a forma de Centro Social Paroquial, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

4 – O CPSB foi criado para a prossecução dos seus fins próprios previstos nos presentes Estatutos, sendo por isso uma entidade autónoma jurídica e patrimonialmente, que, no exercício da sua atividade própria, não exerce fins ou comissões de outras entidades, sem prejuízo da sua articulação programática com



outras pessoas jurídicas canónicas e da sujeição à legislação canónica universal e particular, especificamente em matéria de vigilância do Ordinário do lugar.

5 - O CPSB pode ser extinto pelo Bispo diocesano, em conformidade com a legislação canónica universal e particular aplicável.

## **Artigo 2.º**

### **(Sede e âmbito de ação)**

1 – O CPSB tem a sua sede no Largo da Igreja, freguesia de São Bernardo, concelho de Aveiro, Distrito e Diocese de Aveiro.

2 – O CPSB tem por âmbito de ação prioritária, embora não exclusivamente, o território da Paróquia de São Bernardo da Diocese de Aveiro.

3 – O CPSB, desde que autorizado pelo Ordinário do lugar, pode abrir, para a realização dos seus fins estatutários, delegações e respostas sociais na área das paróquias vizinhas.

## **Artigo 3.º**

### **(Princípios inspiradores)**

1 – O CPSB prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2 – O CPSB, na prossecução dos seus fins, deverá orientar a sua ação sócio caritativa à luz da Doutrina Social da Igreja tendo em conta, entre outros, os seguintes princípios inspiradores e objetivos:

- a) A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
- b) O aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e moral de todos os paroquianos;
- c) A promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
- d) A promoção de um espírito de integração comunitária de modo a que a população e os seus diversos grupos se tornem promotores da sua própria valorização;
- e) O espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo de trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
- f) O desenvolvimento do sentido de solidariedade e da criação de estruturas de partilha de bens;
- g) A realização de um serviço da iniciativa da comunidade cristã, devendo assim proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus beneficiários e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos;
- h) Um incentivo do espírito de convivência humana como fator decisivo do trabalho em comum tendente à valorização integral das pessoas e das famílias;

- i) A prioridade à proteção das pessoas mais pobres e desfavorecidas ou atingidas por calamidades, mobilizando para tal os recursos humanos e materiais necessários à criação e manutenção de estruturas de apoio às famílias ou a determinados sectores da população, como aos idosos, aos jovens e às crianças;
- j) A resposta possível a todas as formas de pobreza, exercendo assim a sua finalidade sócio caritativa;
- k) Os benefícios da cooperação com os grupos permanentes ou ocasionais que, no âmbito local ou regional, se ocupem da promoção, assistência e melhoria da vida das populações;
- l) A utilidade de recurso a grupos de trabalho tecnicamente preparados e devidamente qualificados;
- m) O seguimento, na sua atividade, dos princípios católicos e não aceitar compromissos que de alguma forma condicionem a observância destes princípios;
- n) O contributo para a solução dos problemas sociais, à luz da doutrina social da Igreja;
- o) A participação na ação social de toda a comunidade paroquial, em estreita cooperação com outras instituições e grupos de ação social e com a entreadjudada cristã de proximidade;
- p) A escolha dos seus próprios agentes (funcionários, trabalhadores, colaboradores, auxiliares) de entre as pessoas que partilhem, ou pelo menos respeitem, a identidade católica das obras de caridade;
- q) A procura em evitar financiamentos ou contribuições por entidades ou instituições que prossigam fins em contraste com a doutrina da Igreja;
- r) A aceitação da coordenação do Bispo diocesano em compatibilidade com a sua autonomia jurídica de acordo com os Estatutos.

#### **Artigo 4.º**

##### **(Fins e atividades principais)**

Os fins e objetivos referidos no artigo anterior concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Educação Pré-Escolar e outros serviços de apoio à criança, incluindo crianças em risco;
- b) Apoio à Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras, incluindo apoio a crianças em risco;
- c) Apoio à família;
- d) Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou outras;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

## Artigo 5.º

### (Fins secundários e atividades instrumentais)

- 1 – Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, o CPSB poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.
- 2 – O CPSB pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ele criadas, mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.
- 3 – O CPSB pode dar autonomia a algum ou alguns dos seus serviços mediante a criação de fundações pias autónomas canonicamente eretas.
- 4 – O CPSB não tem fins lucrativos.

## Artigo 6.º

### (Normas por que se rege)

- 1 – O CPSB rege-se por estes Estatutos e, no que forem omissos, pelo Código de Direito Canónico, pela Carta Apostólica sob a forma de *Motu Proprio* sobre o serviço da caridade "*Intima Ecclesiae Natura*", pela legislação particular e pelas leis civis aplicáveis.
- 2 – Os presentes Estatutos carecem de aprovação do Bispo diocesano, o mesmo sucedendo com a sua revisão ou alteração, que só poderão ser propostas pela Direção.
- 3 – A organização e funcionamento dos diferentes sectores e atividades do CPSB obedecerão às normas aplicáveis e a regulamentos internos aprovados pela Direção.

## Artigo 7.º

### (Cooperação)

- 1 – O CPSB deverá colaborar com as demais instituições existentes, particularmente com a Paróquia e com a Diocese, desde que não contrariem a legislação canónica universal e particular, os fins e a autonomia do CPSB ou a perspectiva cristã da vida que informa os presentes Estatutos.
- 2 – O CPSB poderá celebrar acordos de cooperação com entidades oficiais e particulares, em ordem a receber o indispensável apoio técnico e financeiro para as suas atividades.
- 3 – O CPSB pode, na prossecução dos seus fins, unir-se a uma ou mais instituições congéneres, que exerçam idêntica atividade segundo as normas da Igreja Católica, podendo constituir ou participar em uniões, federações ou confederações, com licença do Ordinário do lugar.

## CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO INTERNA

### SECÇÃO I ÓRGÃOS DA INSTITUIÇÃO

*Handwritten notes and signatures:*  
L3  
P  
ful.

#### Artigo 8.º

##### (Órgãos)

1 – São órgãos gerentes do CPSB:

- a) A Direção;
- b) O Conselho Fiscal.

2 – A duração do mandato dos órgãos gerentes do CPSB, bem como do mandato do Diretor Executivo, se o houver, é de quatro anos, renováveis sob proposta do Pároco e a aprovação do Ordinário do lugar.

3 – O mandato inicia-se com a tomada de posse.

4 – A lista dos membros dos órgãos gerentes do CPSB é apresentada pelo Pároco do lugar onde se encontra sediado o CPSB, sendo os respetivos membros providos pelo Ordinário do lugar.

5 – Para a constituição da lista dos membros dos órgãos dirigentes do CPSB, a apresentar à nomeação do Ordinário do lugar, o Pároco deve consultar o Conselho Pastoral Paroquial e, no caso de não existir, o Conselho Económico Paroquial ou a Comissão da Fábrica da Igreja.

6 – Com a apresentação da lista ao Ordinário do lugar é estabelecido o número de membros da Direção e a qualidade e identidade de cada um dos titulares dos órgãos.

7 – Uma vez providos os membros dos órgãos pelo Ordinário do lugar, bem como o Diretor Executivo, quando for o caso, estes tomarão posse perante o Ordinário do lugar ou o Pároco.

8 – O mandato termina no termo do respetivo período, sem prejuízo do dever de manutenção em funções até à posse dos novos titulares.

9 – Não é órgão gerente do CPSB o Diretor Executivo, que constitui um cargo facultativo que pode ser instituído por deliberação da Direção, que procede também à nomeação do respetivo titular, uma vez obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal e obtida aprovação do Ordinário do lugar.

#### Artigo 9.º

##### (Remoção)

Os titulares dos órgãos do CPSB podem ser removidos pela Autoridade Eclesiástica que os aprovou, havendo justa causa e após audiência prévia do respetivo órgão do CPSB e dos visados.

Handwritten notes in the top right corner, including the number '5' and some illegible signatures or initials.

#### **Artigo 10.º**

##### **(Vacatura)**

- 1 – Em caso de vacatura da maioria dos membros providos para cada órgão deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas no prazo máximo de um mês.
- 2 – Compete ao Pároco, onde o CPSB está sediado, indicar ao Ordinário do lugar os elementos que preenchem as vagas para completar o mandato.
- 3 – Se vagarem todos os cargos, por demissão ou por qualquer outra razão, será apresentada pelo Pároco ao Ordinário do lugar a lista completa para os órgãos, iniciando-se novo mandato.

#### **Artigo 11.º**

##### **(Incompatibilidades)**

- 1 – Aos membros dos corpos gerentes não é permitido o desempenho de mais de um cargo nos órgãos do CPSB.
- 2 – A nenhum membro dos corpos gerentes do CPSB ou a seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união canonicamente irregular ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, é permitido celebrar, direta ou indiretamente, qualquer negócio jurídico com o CPSB, a não ser que daí advenham vantagens claras para a instituição e tenha a decisão unânime e fundamentada de aprovação dos restantes membros da Direção e o parecer favorável do Conselho Fiscal.
- 3 – Também não poderão exercer atividade ou o mandato como titular de corpos gerentes de entidades conflituantes com a atividade do CPSB e, em princípio, os dirigentes político-partidários e os detentores de cargos autárquicos durante o seu exercício.
- 4 – Se for conveniente, por motivos justificados, com o parecer favorável do Conselho Fiscal e a autorização do Ordinário do lugar, pode um trabalhador do CPSB ser nomeado membro da Direção ou Diretor Executivo.

#### **Artigo 12.º**

##### **(Direitos inerentes à gerência efetiva)**

- 1 – O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas, com a aprovação escrita dos membros da Direção.
- 2 – Se o volume do movimento financeiro da instituição ou a complexidade do seu governo o exigir, depois de proposto pela Direção, com o parecer favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Ordinário do lugar, um dos membros da Direção, ou o Diretor Executivo, pode ser remunerado dentro dos limites da lei.

#### **Artigo 13.º**

##### **(Impedimentos)**

- 1 – Os membros dos corpos gerentes não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito

ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união canonicamente irregular ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral.

2 – Os fundamentos das deliberações sobre a aprovação do conteúdo e celebração dos contratos referidos no número anterior devem constar das atas das reuniões dos respectivos corpos gerentes.

#### **Artigo 14.º**

##### **(Responsabilidade)**

1 – Os membros dos corpos gerentes, bem como o Diretor Executivo, são responsáveis civil e criminalmente pelas ações ou omissões cometidas no exercício do mandato.

2 – Além dos motivos previstos na lei geral, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade quando:

- a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

#### **Artigo 15.º**

##### **(Convocatória e deliberações)**

1 – Os órgãos do CPSB são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos.

2 – Os órgãos do CPSB só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

#### **Artigo 16.º**

##### **(Reuniões e votações)**

1 – Salvo disposição legal ou estatutária em contrário, as deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes. Em caso de empate na votação o presidente pode dirimir a paridade com o seu voto.

2 – As votações que envolvam um juízo de valor sobre comportamentos ou qualidades das pessoas, bem como as respeitantes a assuntos de interesse pessoal dos seus membros, são feitas por escrutínio secreto.

3 – É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito e no qual seja interessado, bem como o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união canonicamente irregular ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral.

4 – Mesmo quando não seja membro dos órgãos gerentes, o Pároco pode assistir às reuniões desses órgãos, sem direito a voto, pelo que devem ser-lhe dadas a conhecer com a devida antecedência as datas e ordens de trabalho das respetivas reuniões. O Pároco pode ainda comunicar com os membros dos órgãos, enviando comunicações aos membros sobre quaisquer assuntos referentes à atividade do CPSB.

## Artigo 17.º

### (Atas)

- 1 – Serão sempre lavradas atas das reuniões de qualquer órgão do CPSB, assinadas obrigatoriamente por todos os membros presentes nessas reuniões.
- 2 – O conjunto das atas é autuado e paginado de modo a facilitar a sucessiva inclusão de novas atas e a impedir o seu extravio. Pode manter-se o sistema de livro de atas.
- 3 – Cabe ao secretário de cada órgão zelar pela conservação e guarda das respectivas atas.

## SECÇÃO II

## DIRECÇÃO

## Artigo 18.º


### (Composição da Direcção)

- 1 – A Direcção é constituída por um número ímpar de membros, entre um mínimo de três e um máximo de nove, devendo haver sempre um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.
- 2 – Sendo o número de membros da Direcção em cada mandato superior a três, poderá um dos vogais desempenhar o cargo de Vice-Presidente da Direcção.
- 3 – O Presidente da Direcção será, preferencialmente, o Pároco da área onde se encontra sediado o CPSB ou quem ele indicar na lista a apresentar para provisão ao Ordinário do lugar.
- 4 – O Ordinário do lugar pode *de motu proprio* dispensar o Pároco de ser membro da Direcção.
- 5 – Quando o Pároco não for o Presidente da Direcção, terá sempre a seu cargo a coordenação geral, pastoral e de vigilância sobre a observância dos princípios inspiradores e a boa administração dos bens do CPSB.

## Artigo 19.º

### (Competências da Direcção)

- 1 – Compete à Direcção, como órgão de administração do CPSB, gerir a instituição e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:
  - a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
  - b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte e remeter tais documentos ao Ordinário do lugar;
  - c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;

- 
- d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal do CPSB;
  - e) Representar o CPSB em juízo ou fora dele;
  - f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos do CPSB;
  - g) Gerir o património do CPSB, nos termos da lei;
  - h) Elaborar e manter atualizado o inventário do património do CPSB, e o registo dos bens imóveis;
  - i) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores do CPSB;
  - j) Emitir parecer sobre a aceitação de heranças, legados e doações, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1, 2 e nas alíneas f) e g) do n.º 3, todos do art. 33.º destes Estatutos.
  - k) Providenciar sobre fontes de receita do CPSB;
  - l) Deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos e de modificação ou extinção do CPSB, a apresentar ao Bispo diocesano.
  - m) Aprovar os regulamentos internos do CPSB;
  - n) Aprovar o Regulamento da Liga dos Amigos;
  - o) Celebrar contratos de compra e venda e demais contratos conforme as normas canónicas e civis aplicáveis;
  - p) Celebrar acordos de cooperação com serviços oficiais;
  - q) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que este lhe solicitar para cumprimento das suas atribuições;
  - r) Executar as demais funções que lhe estejam atribuídas pelos presentes Estatutos e que decorram da lei aplicável, designadamente da legislação canónica universal e particular.

2 – A Direção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, ou constituir representantes para esse efeito, designadamente profissionais qualificados ao serviço do CPSB, como o Diretor Executivo.

## **Artigo 20.º**

### **(Competências do Presidente e do Vice-Presidente)**

1 – Compete ao Presidente da Direção:

- a) Superintender na administração do CPSB, orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da Direção;
- d) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte.

2 – Compete ao Vice-Presidente, quando exista, coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.



### **Artigo 21.º**

#### **(Competências do Secretário)**

Compete ao Secretário, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Lavrar as atas das reuniões da Direção;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria;
- d) Na falta de Vice-Presidente, substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- e) Providenciar pela publicitação no "site" do CPSB das informações ou suportes das contas do exercício, bem como das súmulas do programa e relatório de atividades e do orçamento, que a lei mande publicar.

### **Artigo 22.º**

#### **(Competências do Tesoureiro)**

Compete ao Tesoureiro, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Superintender a gestão financeira do CPSB;
- b) Apresentar à Direção os mapas contabilísticos que esta solicite;
- c) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

### **Artigo 23.º**


#### **(Reuniões)**

A Direção reunirá ordinariamente uma vez por mês e sempre que for convocada pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos membros da Direção.

### **Artigo 24.º**

#### **(Forma de a instituição se obrigar)**

- 1 – Para obrigar o CPSB são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas do Presidente e de qualquer outro membro da Direção.
- 2 – Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro.
- 3 – Nos atos de mero expediente basta a assinatura de qualquer membro da Direção.



**SECÇÃO III**  
**CONSELHO FISCAL**

**Artigo 25.º**  
**(Constituição)**

O Conselho Fiscal é constituído por três membros: um Presidente, um Secretário e um Vogal, sendo um desses elementos membro do Conselho Económico ou da Comissão da Fábrica da Igreja.

**Artigo 26.º**  
**(Competências do Conselho Fiscal)**

1 – Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização do CPSB, podendo, nesse âmbito, efetuar à Direção as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e, designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e demais documentos do CPSB, sempre que o julgue necessário e conveniente;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a Direção submeta à sua apreciação;
- d) Vigiar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

2 – Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo Presidente deste órgão, desde que tal convocação seja deliberada pela Direção.

**Artigo 27.º**  
**(Reuniões)**

O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez, pelo menos, em cada trimestre e sempre que for convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

**SECÇÃO IV**  
**DIRETOR EXECUTIVO**

**Artigo 28.º**  
**(Do Diretor Executivo)**

1 – O Diretor Executivo constitui um cargo facultativo do CPSB que pode ser instituído por deliberação da Direção em cada mandato, se especiais circunstâncias o requererem, depois de ouvido o Pároco, uma vez

obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Ordinário do lugar.

2 – O Diretor Executivo pode ser nomeado de entre os membros do quadro de pessoal ou pode ser contratado em comissão de serviço por período equivalente ao do mandato da Direção que o contratou.

3 – O Diretor Executivo não pode ser membro da Direção ou do Conselho Fiscal.

4 – A remuneração do Diretor Executivo será estabelecida pela Direção, tendo em conta as capacidades financeiras da instituição, a sua qualificação profissional e o horário de trabalho.

#### **Artigo 29.º**

##### **(Funções do Diretor Executivo)**

Cabe ao Diretor Executivo o acompanhamento da gestão corrente do CPSB, bem como cumprir, executar e mandar executar as deliberações da Direção, a quem deve obediência, com obrigação de participar nas reuniões da Direção para as quais for convidado, ainda que sem direito de voto.

### **CAPÍTULO III**

#### **REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO**

#### **Artigo 30.º**

##### **(Do património)**

1 – Constitui património do CPSB o conjunto de bens móveis, imóveis e direitos que legitimamente adquiriu e possui como seus.

2 – São bens do património do CPSB:

- a) Os bens imóveis;
- b) Os bens móveis e os bens preciosos em razão da arte ou da história;
- c) As heranças, doações e legados, nomeadamente ex-votos que, segundo a vontade dos beneficiários, se não destinem a ser gastos em fins determinados.

3 – Os fundos pecuniários serão depositados quanto possível a prazo, em conta bancária que ofereça garantia de rendimento e segurança.

#### **Artigo 31.º**

##### **(Da receita)**

Constituem receitas do CPSB:

- a) Os rendimentos dos serviços e a comparticipação dos beneficiários, nomeadamente dos utentes ou seus familiares;
- b) Os possíveis auxílios financeiros da comunidade paroquial ou de outrem;

- c) O produto das heranças, legados ou doações instituídas a seu favor, desde que aprovados pelo Ordinário do lugar;
- d) Subsídios e comparticipações do Estado e de outras entidades oficiais ou particulares;
- e) Receitas da percepção fiscal;
- f) Rendimentos de capitais;
- g) Rendimentos de atividades exercidas pelo CPSB a título secundário ou instrumental e afetas ao exercício da sua atividade principal;
- h) Rendimentos de iniciativas de angariação de fundos, promovidas pelo CPSB ou por terceiros.

### **Artigo 32.º**

#### **(Atos de administração ordinária)**

1 – São atos de administração ordinária aqueles que se incluem nas faculdades normais de um administrador e todos aqueles que podem ser praticados pela Direção ou pelo Diretor Executivo sem recurso a qualquer licença ou autorização do Ordinário do lugar.

2 – As modalidades de gestão dos fundos do CPSB são as previstas no Direito Patrimonial Canónico para os bens temporais da Igreja (Livro V do Código de Direito Canónico).

3 – São inválidos todos os atos que excederem os limites e o modo de administração ordinária, a não ser que previamente tenha sido obtida licença do Ordinário do lugar, dada por escrito.

4 – A administração do CPSB compete aos corpos gerentes, em conformidade com o previsto nos presentes Estatutos.

5 – É necessária licença do Ordinário do lugar para a prática dos seguintes atos:

- a) Investir os saldos anuais;
- b) Aluguer ou arrendamento aos membros dos órgãos gerentes ou familiares até ao 4.º grau de consanguinidade ou afinidade.

6 – Os atos de administração ordinária do número precedente praticados sem prévia autorização da Autoridade eclesial competente, mas contrários aos presentes Estatutos e ao Direito Canónico, consideram-se ineficazes.

### **Artigo 33.º**

#### **(Atos de administração extraordinária e alienação)**

1 – A Direção só pode exercer atos de administração extraordinária com prévia autorização escrita do Ordinário do lugar e de harmonia com os Estatutos.

2 – Os atos de administração extraordinária feitos sem prévia autorização do Ordinário do lugar são inválidos.

3 – São atos de administração extraordinária:

- a) A compra e venda de imóveis;

- b) O arrendamento de bens imóveis;
- c) A contração de empréstimos, com ou sem garantia hipotecária, acima do valor de cinquenta por cento de receita ordinária que consta da última prestação de contas;
- d) Novas construções que importem uma despesa superior a cinquenta por cento da receita expressa na prestação de contas mais recente;
- e) A alienação de quaisquer objetos de culto;
- f) A aceitação de fundações pias não-autónomas, isto é, de bens temporais doados ao CPSB com o ónus, prolongado por tempo superior a cinco anos, de, com os rendimentos, mandar celebrar Missas ou realizar outras funções eclesiais, ações religiosas ou caritativas;
- g) A aceitação de quaisquer outros legados ou doações com ónus semelhantes aos da alínea anterior.

4 – Só com prévia autorização escrita da Autoridade eclesial competente a Direção pode alienar validamente:

- a) Ex-votos oferecidos ao CPSB, coisas preciosas em razão da arte ou da história, relíquias insígnias e imagens que se honrem com grande veneração do povo;
- b) Bens temporais do património cujo valor exceda a quantia mínima estabelecida pela Conferência Episcopal Portuguesa no Decreto de 7 de Maio de 2002, sobre licença para alienação de bens eclesiais.

5 – São nulos os atos e contratos celebrados em nome do CPSB sempre que não tenha sido previamente obtida a licença ou aprovação exigida pelo Direito Canónico para a prática desse ato ou para a celebração desse contrato.

#### **Artigo 34.º**

##### **(Perfil dos agentes do CPSB)**

1 – O CPSB é obrigado a escolher os próprios agentes de entre as pessoas que partilhem, ou pelo menos respeitem, a identidade católica da instituição.

2 – Para garantir o testemunho evangélico no serviço da caridade, quantos operam na pastoral caritativa do CPSB, a par da devida competência profissional, deem exemplo de vida cristã e testemunhem a formação do coração que ateste uma fé em ação na caridade.

3 – Com esta finalidade, o CPSB providenciará à sua formação, mesmo no âmbito teológico e pastoral, através de currículos específicos concordados com os dirigentes do CPSB e através de adequadas propostas de vida espiritual.

#### **Artigo 35.º**

##### **(Destino dos bens em caso de extinção do CPSB)**

1 – Em caso de extinção do CPSB, passarão para a Paróquia ou para outra pessoa jurídica canónica os bens móveis e imóveis e direitos que esta lhes houver afetado e os que lhe forem deixados ou doados com essa condição.

2 – Os restantes bens serão atribuídos a outra Instituição Particular de Solidariedade Social instituída pela Igreja Católica, que prossiga fins idênticos ou similares aos do CPSB, indicada pelo Ordinário do lugar, de harmonia com o Direito Canónico.

## **CAPÍTULO IV**

### **ASSISTÊNCIA RELIGIOSA**

#### **Artigo 36.º**

##### **(Assistência religiosa)**

- 1 – A identidade católica do CPSB e o seu objeto podem requerer um ou mais Assistentes Eclesiásticos.
- 2 – São funções do Assistente Eclesiástico promover a vida espiritual dos titulares dos órgãos, dos trabalhadores e dos beneficiários, no respeito pelo credo que cada um professa, sem prejuízo do bem dos mesmos, tendo direito a estar presente em todas as reuniões dos órgãos do CPSB e a usar da palavra, sem direito a voto, devendo para isso ser informado previamente da data e ordem de trabalhos das reuniões.
- 3 – Constituem ainda funções do Assistente Eclesiástico garantir o culto divino nas suas diversas manifestações e a administração dos sacramentos e sacramentais aos membros da comunidade, que integra o âmbito de atividade do CPSB e os seus familiares.
- 4 – O Assistente Eclesiástico é normalmente o Pároco da sede do CPSB, podendo fazer-se substituir por algum sacerdote sob a sua responsabilidade ou apresentar outro sacerdote ao Bispo diocesano para que seja nomeado em sua vez.
- 5 – A assistência religiosa é gratuita. Quando exercida por sacerdote distinto do Pároco, pode o CPSB participar na sua remuneração, conforme as normas da Diocese, com a aprovação escrita do Ordinário.

## **CAPÍTULO V**

### **LIGA DOS AMIGOS**

#### **Artigo 37.º**

##### **(Liga dos Amigos)**

- 1 – A Liga dos Amigos, de existência facultativa, é constituída por todas as pessoas que se propuserem colaborar na prossecução das atividades do CPSB e que pretendam aderir enquanto tal, quer através da contribuição pecuniária, quer de trabalho voluntário, e que, como tal, sejam admitidas pela Direção.
- 2 – Deverá ser, quanto possível, estimulada a admissão dos familiares dos beneficiários na Liga dos Amigos.
- 3 – A constituição, organização e funcionamento da Liga obedecerão a regulamento próprio elaborado pela Direção.

4 – Sem prejuízo das funções que lhe sejam atribuídas no respetivo regulamento, compete à Liga dos Amigos do CPSB pronunciar-se sobre todos os assuntos que a Direção entenda submeter à sua apreciação.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 38.º

#### (Vigilância do Bispo diocesano)

Sendo pessoa jurídica canónica autónoma de natureza pública, o CPSB está sujeito às normas de coordenação, orientação, vigilância e administração próprias do Direito Canónico, designadamente, no que respeita a licença para a prática de atos de administração extraordinária, à emissão de instruções, ao direito de visita, à apresentação de contas e do balanço anual das suas atividades, à gestão dos seus bens com sobriedade cristã e ao respeito da disciplina eclesial.

### Artigo 39.º

#### (Alteração dos Estatutos)

1 – Os presentes Estatutos revogam os anteriores e entram em vigor imediatamente após a sua aprovação pelo Bispo diocesano, sem prejuízo dos efeitos do registo nos Serviços da Segurança Social e no Registo das Pessoas Jurídicas Canónicas do Registo Nacional das Pessoas Coletivas.

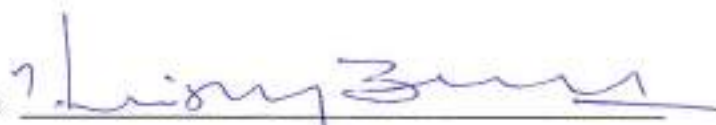
2 – Os presentes Estatutos só poderão ser alterados mediante proposta da Direção, parecer favorável do Conselho Fiscal e aprovação do Bispo diocesano.

3 – Nos casos omissos, a Direção recorrerá à legislação canónica universal e particular e à decisão do Bispo diocesano.

Aprovados em reunião de Direção de 13 de Outubro de 2015.

### A DIREÇÃO,

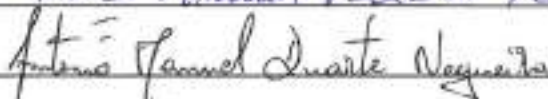
Presidente : Padre Luís Manuel Barbosa de Oliveira



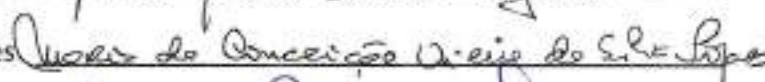
Secretário : Pedro Manuel Pericão Mónica



Tesoureiro: António Manuel Duarte Nogueira



Vogal: Maria da Conceição Vieira da Silva Lopes



Vogal: Maria Isabel Pericão Mónica





DIOCESE DE AVEIRO

**D. ANTÓNIO MANUEL MOITEIRO RAMOS**  
Bispo de Aveiro

DECRETO de APROVAÇÃO

Pelo presente Decreto aprovamos os Estatutos do **CENTRO PAROQUIAL DE SÃO BERNARDO**, instituição particular de solidariedade social, de natureza canónica e sem fins lucrativos, criado por Decreto da Autoridade Diocesana de Aveiro de 12 de Novembro de 1971.

Os referidos Estatutos, redigidos de harmonia com as exigências legais, canónicas e civis, constam de seis capítulos e de trinta e nove artigos, exarados em dezasseis páginas, devidamente numeradas, por nós rubricadas e autenticadas com o selo branco oficial da Diocese de Aveiro.

Aveiro, 27 de Outubro de 2015.

+ António Manuel Moiteiro Ramos

+ António Manuel Moiteiro Ramos, Bispo de Aveiro

Padre Alberto Nestor Camões Rodrigues Sobral  
Chanceler



